

ELEIÇÕES 2008

A RELAÇÃO ENTRE VEREADORES, ADMINISTRAÇÕES PETISTAS E O MOVIMENTO SINDICAL

SUGESTÕES

1) INTRODUÇÃO

Ao longo dos seus vinte e oito anos e com a experiência de centenas de administrações que dirigiu, o PT introduziu elementos absolutamente inéditos na maneira de gerir a administração pública, criando uma verdadeira marca, que ficou conhecida como “o modo petista de governar”, caracterizada por honestidade, inversão de prioridades, opção pelos mais pobres e participação popular.

As inúmeras maneiras das nossas administrações, promoveram a participação popular através de conselhos, fóruns de debates, consultas à população, coletivos, mesas de negociação, orçamento participativo e outros, permite a apropriação do aparelho do Estado por parte da população organizada.

O movimento sindical combativo foi, e continua sendo, um interlocutor importante pois, sem perder a sua autonomia, independência, senso crítico e firmeza na luta pelos interesses dos trabalhadores é instrumento de defesa das conquistas e avanços das gestões petistas, quando estas são atacadas pelos setores reacionários,.

É digno de nota o extraordinário avanço do governo Lula no ato de reconhecimento das centrais sindicais, no estabelecimento de uma mesa permanentes de negociações, no atendimento de importantes reivindicações do movimento sindical e – mais recentemente – no apoio a campanha pela redução da jornada de trabalho. Serve de exemplo do que é possível ser feito quando existe vontade política de colocar o Estado a serviço da maioria da população.

Muito ainda precisamos avançar em nível federal, nos estados e municípios que governamos e, no sentido de contribuir nesse debate, partirmos de algumas premissas para propormos diretrizes aos mandatos dos prefeitos e vereadores do nosso Partido que serão eleitos em outubro de 2008.

As premissas, diretrizes, ações e estrutura que sugerimos a seguir são resultado dos debates da Conferência Sindical Nacional do PT, ocorrida em 2006, do Encontro Sindical Nacional do PT, de 16 e 17 de maio de 2008 e incluem parte da Plataforma da CUT para os candidatos a prefeitos e vereadores, publicada em julho de 2008.

- Os governos e os mandatos petistas são conquistas dos movimentos sociais, não podem ser considerados um fim em si mesmo, significam

passos rumo a uma sociedade socialista e contribuem com a politização do povo, principal protagonista da construção desta sociedade;

- A disputa maior se dá com o projeto político dos setores conservadores da nossa sociedade. Os petistas com atuação no movimento social e aqueles que ocupam cargos públicos são parceiros, embora lutando em trincheiras diferentes;
- Todas as nossas administrações ainda estão no marco do capitalismo. As contradições entre o movimento social organizado e as administrações públicas são naturais e saudáveis para a democracia pois as demandas sociais não poderão ser atendidas na sua integralidade no tipo de sociedade que vivemos.

2) DIRETRIZES

O fato das administrações e os mandatos agirem no marco da institucionalidade não implica que os militantes necessitem limitar sua ação política à ela. É necessário que tenham muito claro que o cargo que ocupam é uma ferramenta para construção de algo muito maior do que o seu mandato ou a administração que dirige. Construção esta que não iniciou com esta geração e não terminará com ela. É necessário não perder a perspectiva histórica da nossa intervenção política.

Assim, julgamos que a ação na institucionalidade deve estar sempre casada com ações populares, “ganhando” politicamente a população para o nosso projeto político de longo prazo e contribuindo para o seu protagonismo.

As diretrizes pelas quais sugerimos os nossos vereadores e prefeitos devam se guiar, contém alguns aspectos que são fundamentais:

- **Liberdade e autonomia sindical** – O fato de sermos parceiros não significa que o movimento sindical deve estar a serviço da administração ou do Partido. O PT já superou o debate, que durante muito tempo existiu na esquerda, e temos claro que o sindicato não pode ser “correia de transmissão” do Partido, da administração ou dos mandatos. Mas este é um conceito a ser reafirmado com veemência pois muitas vezes a lógica dos mandatos e das administrações acabam derrotando, na prática, essa concepção ao tratar o movimento de maneira utilitarista ou deslegitimá-lo;
- **Participação Popular** – Fortalece a administração e canaliza a pressão da sociedade;
- **Interlocução constante** - O movimento sindical deve ser tratado por nossas administrações e mandatos como um interlocutor institucional,

tanto nas demandas gerais dos trabalhadores como nas específicas dos servidores públicos;

- **Importância dos servidores** - A relação com os servidores públicos e suas representações sindicais é importante pois são trabalhadores que, legitimamente, defendem suas reivindicações e o fato do empregador ser um petista não altera a urgência do atendimento de suas demandas. Além disso, existe um diferencial na relação com estes trabalhadores, que nossas administrações e mandatos precisam levar em conta: são eles que atendem a população. Servidor público tratado com respeito e justiça certamente contribuirá para o êxito de nossos governos;
- **Instância partidária como interlocutores** - A Secretaria Sindical Nacional, as Secretarias Sindicais Estaduais, as Secretarias Sindicais Municipais, seus respectivos coletivos e os núcleos de categoria são as instâncias legitimadas pela militância partidária tanto para intermediar os conflitos entre militantes partidários com atuação sindical e militantes partidários nas administrações ou mandatos parlamentares quanto para consulta no caso de elaboração de projetos de lei ou ações políticas de administradores petistas que digam respeito ao mundo do trabalho. A relação estreita entre vereadores e administradores das cidades com estas instâncias partidárias só contribuirá com o êxito da ação política dos companheiros que ocupam estes cargos públicos;

3) AÇÕES

3.1) Voltadas para os trabalhadores em geral

As ações das prefeituras petistas e as deliberações dos vereadores do PT devem se dar a partir da compreensão que é função do Estado ser indutor do desenvolvimento. Para tanto é fundamental que a estrutura do orçamento público esteja voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para que possam cumprir essa tarefa é necessário ampliar o papel redistributivo das prefeituras, elevação do valor dos benefícios dos programas sociais com foco na inclusão no mercado de trabalho e estabelecendo políticas específicas para as mulheres, os aposentados e jovens. Nesse sentido, propomos que os prefeitos e vereadores petistas se norteiem pelas seguintes ações voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras das cidades.

- Redução das desigualdades regionais diagnosticando a vocação da região, pressionando o governo federal e estaduais para a criação de uma política de desenvolvimento regional, apoiando a criação de pólos de dinamismos regionais, incentivo aos Arranjos Produtivos Locais e

investimento no turismo regional com garantia da sustentabilidade ambiental e combate a exploração sexual.

- Combater a discriminação racial nas relações de trabalho, tanto no serviço público como privado, promovendo incentivos a empresários que desenvolverem políticas afirmativas e punindo severamente qualquer ato de discriminação no serviço público.
- Criação de espaços de discussão e negociação junto ao empresariado local, com o apoio da Câmara Municipal, com vistas a elevação do salário de todos os trabalhadores do município.
- Fortalecimento da agricultura familiar, nos municípios com vocação agrícola, via fomento de crédito, implantação da infra-estrutura necessária, apoio técnico, formação profissional e organização de cooperativas. Apoio a desconcentração da posse da terra e a reforma agrária, priorizando os agricultores familiares nas compras governamentais e contribuição para integração deste segmento às economias locais.
- Desenvolvimento de uma política de valorização do trabalho e contribuição na geração de empregos locais conforme o conceito de trabalho decente¹. Gerar empregos, fortalecer mecanismos de proteção/inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial da juventude, combatendo a precarização. Ampliar a rede de atendimento a saúde da mulher e o atendimento a criança de maneira a contribuir para o desenvolvimento profissional da mulher trabalhadora. Desenvolver uma política de proteção e inclusão para os trabalhadores e trabalhadoras informais.
- Estabelecimento de parcerias com o governo federal, estadual e iniciativa privada para a implementação da cadeia produtiva do biodiesel, garantindo que o município contribua com essa cadeia dentro da sua especificidade, assim como parceria com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), cobrando dos demais atores a contrapartida social para a implementação destes projetos.
- Promoção de uma política ambientalista com especial atenção ao tratamento, distribuição e devolução da água à natureza. Implementar ou aprimorar a coleta seletiva do lixo, realizando parcerias com cooperativas de catadores de reciclados priorizando a inclusão social.
- Implementação de uma política cultural, valorizando as produções locais, envolvendo especialmente a juventude através das escolas e

¹ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) **Trabalho decente** é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

organizações culturais juvenis. Promover a aproximação de idosos e jovens, utilizando-se de parcerias com sindicatos, associações e outras organizações, encontrando formas para que o conhecimento do idoso seja aproveitado, valorizando seu papel de memória viva da comunidade e transmissor da cultura local as novas gerações.

- Desenvolvimento de um projeto pela universalização do acesso a educação e pela qualidade do ensino, remunerando adequadamente os educadores, perseguindo o piso salarial nacional e, na medida do possível superando-o. Parcerias com o movimento sindical e outras entidades populares para efetivação deste projeto com especial atenção para a alfabetização e a educação de jovens e adultos. Políticas para proteção da criança e do adolescente, combate a violência, evasão escolar, as drogas, a exploração sexual.
- Considerando que a qualidade de ensino é um dos mais graves problemas do país, os prefeitos e vereadores petistas devem organizar um amplo movimento pela melhoria deste importante serviço público, com a participação de sindicatos, igrejas, organizações sociais, delegacias de ensino e empresários locais.

3.2) Voltadas para os servidores

O servidor público pode se tornar um importante aliado ou um entrave para o desenvolvimento de uma política municipal que atenda os interesses da maioria da sociedade. É tarefa das administrações petistas e dos nossos vereadores, fortalecer o papel dos servidores públicos no processo de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Para que isso ocorra, é necessário que os trabalhadores públicos sejam bem remunerados e que o diálogo seja constante entre o governante e o corpo permanente da máquina da prefeitura. É nesse sentido que é inconcebível que uma gestão petista se comporte como a grande maioria dos administradores públicos no Brasil que criminalizam o movimento sindical, desenvolvem práticas anti-sindicais e tentam deslegitimar as lideranças dos trabalhadores.

Um governo ou vereadores petistas devem, ainda, corrigir injustiças que tenham sido cometidas por administrações anti-democráticas por isso, a reintegração dos demitidos, por razões decorrentes de sua prática sindical também deve ser um dos pontos prioritários.

O respeito e a implementação na prática nas convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da autonomia e liberdade sindical dos servidores públicos deve ser questão de honra para as gestões petistas e pauta prioritária dos vereadores na elaboração de legislação que normativa essa relação.

A materialização desta maneira de se relacionar com os servidores está na valorização da livre negociação, o estabelecimento de data-base, o respeito a organização nos locais de trabalho e o direito de greve. Estes são pontos que marcam a diferença de uma gestão democrática de uma autoritária.

3.3) Voltadas para o movimento sindical

A criação de espaços de participação popular sempre foi a marca dos nossos governos. Precisamos manter e aprofundar essa prática pois ela têm se mostrado extremamente eficiente para o nosso êxito. Favorece-nos na correlação de forças nas sociedades locais para que a implantação do nosso projeto além da politização da população e sua apropriação da máquina pública.

Assegurar a participação dos movimentos sociais nas instâncias de decisão de políticas públicas como forma democrática de gestão além de justo é questão de sobrevivência de um conjunto de propostas que trazemos que, só serão implantadas se conseguirmos o apoio da população.

O Orçamento Participativo, uma das nossas principais marcas, deve ser aprofundado, qualificado e com um olhar especial para a juventude e as mulheres. Em todos estes instrumentos de participação o movimento sindical deve ser valorizado como interlocutor, tanto representando os usuários dos serviços públicos como os trabalhadores.

Esta participação, no entanto, não pode ser confundida com cooptação ou colaboracionismo acrítico. Nem o Partido nem as administrações, por mais comprometidas que sejam com os trabalhadores, poderão ditar os rumos das organizações sindicais e suas ações. A independência do movimento sindical é ponto de partida para um relacionamento respeitoso e democrático.

4) ESTRUTURA

Para efetivação deste conjunto de propostas é necessário que existam alguns espaços municipais, em nível do Executivo ou do Legislativo, que dêem conta das demandas que surgirem. Além, evidentemente, da eleição dos delegados ao Orçamento Participativo e o estabelecimento dos diversos conselhos específicos onde os movimentos sociais terão assento.

- a) Nas cidades onde a agricultura é importante para a economia, a criação ou fortalecimento de uma secretaria ou assessoria especial com dedicação exclusiva a reforma agrária e a agricultura familiar;

- b) Criação ou fortalecimento de secretaria ou uma assessoria especial para gerir a questão do emprego;
- c) Criação ou fortalecimento de uma assessoria especial responsável pelas parcerias e implementação do PAC e/ou projeto do biodiesel;
- d) Criação ou fortalecimento de uma assessoria especial ou secretaria para cuidar da questão do meio ambiente;
- e) Criação ou fortalecimento de secretarias ou assessorias especiais para a questão da juventude, idoso e mulheres;
- f) Estabelecimento da Mesa Permanente de Negociação com a participação de todos os atores envolvidos nas questões que envolvam o funcionalismo público.

João Antônio Felício
Secretario Sindical Nacional do PT